

# Briga pela margem do Lago Sul

Dois projetos na Câmara Legislativa debatem a destinação de uma área verde que pode ser transformada em área ecológica ou de lazer

Beth Veloso  
Da equipe do Correio

Asca artificial é atirada longe. Rapidamente, vêm "nadando" sobre a superfície da água para atrair o tucunaré. O gesto é repetido várias vezes pelo baiano Gilson Queiroz da Silva, 24 anos, um *bom vivant* à primeira vista. Mas a pescaria numa tarde de sexta-feira não é propriamente uma diversão para ele. "Estou pescando para esquecer o desespero de estar atrás de emprego e não ter", diz.

O passatempo gratuito pode acabar antes mesmo que o motorista arrume um trabalho fixo. Na próxima quarta-feira, a Câmara Legislativa pode restringir o uso da área verde situada ao lado do Pontão, em frente à QL 10 do Lago Sul. Os deputados distritais vão votar projeto que transforma o local em Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).



Paulo Timm diz que projeto de Daniel Marques é ecofascista

O administrador do Lago Sul, Paulo Timm, denuncia que o projeto acaba com o lazer às margens do lago. "Eu o considero ecofascista. Eles querem impedir que as pessoas pobres e negras entrem na área. É uma atitude discriminatória", sustenta.

O argumento do administrador é de que, caso o projeto seja aprovado, o acesso será proibido. A área passará a ser fiscalizada e controlada pela Secretaria do Meio Ambiente e será isolada. "Todas as áreas de interesse ecológico têm que ser cercadas. Qualquer tipo de uso deve passar pela secretaria. Uma pescaria, por exemplo, fica inviabilizada", explica o secretário

do Meio Ambiente, Chico Floresta.

O projeto gerou uma queda de braço na Câmara. O deputado Antônio Cafu (PT) propôs, por meio de emenda, a criação de um "parque vivencial", com cais, restaurante, quiosques e estacionamento. "O lago é patrimônio de todo o Distrito Federal", justifica.

Segundo Cafu, o projeto do deputado Daniel Marques (PMDB) beneficia diretamente o deputado Tadeu Filippelli, do mesmo partido. Filippelli é morador da QL 10. "Eles querem manter a visão cênica do lago. Não querem que a área seja ocupada com churrasqueiras. Temem que os farofeiros cheguem ao Lago", diz Cafu. "A área é totalmente degradada. Que relevante interesse ecológico nós teríamos lá?", questiona.

Segundo Cafu, o projeto do deputado Daniel Marques (PMDB) beneficia diretamente o deputado Tadeu Filippelli, do mesmo partido. Filippelli é morador da QL 10. "Eles querem manter a visão cênica do lago. Não querem que a área seja ocupada com churrasqueiras. Temem que os farofeiros cheguem ao Lago", diz Cafu. "A área é totalmente degradada. Que relevante interesse ecológico nós teríamos lá?", questiona.

## JET SKI

"Aquilo é uma quadra residencial. Tem 380 moradores lá. E de repente eles serão obrigados a

conviver nos finais de semana com trio elétrico, campeonato de motocross e jet ski. Isso não é justo", argumenta Filippelli. O deputado garante que a criação da área ecológica não impedirá o acesso ao público. "Poderia fazer convênio para criar um bosque e as pessoas pescarem da mesma forma", diz Filippelli. "Se aprovarem o projeto do Cafu, aquilo ali vai virar um novo Pontão", sustenta o peemedebista, recuso de que a venda de bebidas alcoólicas seja um fim para bandidos.

Filippelli denuncia que o adversário petista está defendendo interesses econômicos do governo e que a real intenção do projeto do deputado Cafu



é transferir os quiosques do Pontão para a QL 10, depois da conclusão da nova etapa do projeto Orla. "O governo firmou compromisso de que os quiosques vão permanecer no Pontão. Mas agora quer transferir os quiosqueiros para poder vender os quiosques outra vez", provoca Filippelli.

Segundo ele, o projeto de deputado Daniel Marques não é elitista. "A ARIE não impede a convivência com a população, não subentende cercamento físico da área", diz Filippelli. "Então ele não sabe o que faz", rebate o administrador do Lago Sul. "Uma imagem vale mais do que mil explicações", acrescenta Paulo Timm, lembrando que as duas unidades de conservação do tipo existentes no DF são cercadas: a do Paranoá Sul, próximo à barragem, e a do Riacho Fundo, ao lado do Zoológico.

"Se a área for ficar restrita, eu estou disposto a mudar a figura jurídica e encontrar outra que permita a visitação pública, sem restrição à comunidade", adianta o deputado Daniel Marques. Aprovado em primeiro turno na quarta-feira passada, o projeto que cria a ARIE do Bosque provocou troca de acusações e infidelidades partidárias. Cafu disse que Marques era "laranja" de Filippelli, que seria o verdadeiro autor da proposta.

Marques, por sua vez, definiu o petista como "xeroqueiro", porque teria copiado emenda do deputado Zé Ramalho. Companheiro de bancada de Cafu, o deputado Wasny de Roure votou contra. "Muitos espaços públicos têm servido de acomodação da própria marginalidade", alertou Wasny.

Marques, por sua vez, definiu o petista como "xeroqueiro", porque teria copiado emenda do deputado Zé Ramalho. Companheiro de bancada de Cafu, o deputado Wasny de Roure votou contra. "Muitos espaços públicos têm servido de acomodação da própria marginalidade", alertou Wasny.

## INVASÕES

O deputado César Lacerda (PTB) disse que a proposta de Cafu "é uma agressão ao Lago Sul, pois ele não é visitado por pessoas, mas por marginais e 'pés-inchados' que estão invadindo casas e tirando o sossego das famílias que habitam aquela região".

Mas invasões não são exclusividade de marginais. Muitas casas avançaram as cercas além dos limites dos terrenos, principalmente na QL 8, que faria parte do parque vivencial pro-

posto por Cafu. "A maior ocupação é a do Walmir Amaral (dono de empresas de transporte coletivo), que é o maior predador ecológico da área", acusa o administrador Paulo Timm.

Segundo ele, a área invadida tem em torno de 25 mil metros quadrados, chegando até a beira do lago, enquanto o terreno escriturado tem cerca de 1.500 metros. São duas quadras de futebol, uma de tênis, salão de festas, piscina, cascata, heliporto e pier, onde está ancorada uma lancha. "Quando nós compramos o imóvel já havia duas invasões. Ali é área verde que está cercada há mais de 20 anos e o administrador assinou o habite-se", defendeu-se Walmir Amaral. "Noventa por cento das residências do Lago Sul onde tem área verde deve ter alguma obra."

A área invadida está avaliada em mais de R\$ 1 milhão. O governo entrou com ação de integração de posse na Justiça. Coincidência ou não, dois vizinhos também decidiram "privatizar" a orla do Lago, embora com investimentos mais modestos. Fizeram apenas cerca e gramado.